



Intervenção do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Assembleia da República, 26 de junho de 2019

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Pela segunda vez nesta legislatura, é o Governo interpelado acerca da sustentabilidade da Segurança Social. Tal é, para o XXI Governo Constitucional, apanágio da indiscutível importância da Segurança Social, pública e universal, nas democracias modernas, e do compromisso deste Executivo com a defesa e garantia da mesma.

Às pressões conjunturais, decorrentes das fases de estagnação ou recessão do crescimento económico, a que a Segurança social, e em particular o seu sistema de pensões, estão sujeitas, acresce agora a pressão estrutural derivada da evolução demográfica. Ao aumento da esperança média de vida, às historicamente baixas taxas de fertilidade e natalidade, acresceu, no passado recente uma dinâmica de emigração, apenas comparável à registada em meados do século passado, fortemente penalizadora do equilíbrio do sistema. As medidas de austeridade que foram além da Troika, exponenciaram os efeitos recessivos, com impactos negativos quer na receita de contribuições quer na despesa com prestações de desemprego.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Chegados aqui, a poucos meses do fim desta legislatura, é porventura o momento de constatar que era possível um outro caminho:

- Um caminho que ao corte anunciado das pensões em pagamento respondesse com o regresso das atualizações de pensões e do seu aumento;
- Um caminho que à desvalorização das políticas de mínimos sociais reafirmasse, na prática, a sua importância como ferramenta de coesão social nos idosos, nas crianças, nas pessoas com deficiência;

- Que à permanente ameaça da privatização da segurança social contrapusesse a confiança num sistema público universal e sustentável.

E foi esse o caminho alternativo que este Governo e esta maioria escolheram. E é por isso que aqui chegámos hoje.

Foi a política económica deste Governo, assente numa efetiva recuperação do rendimento das famílias, que permitiu a recuperação do emprego e dos salários, e por conseguinte o crescimento das contribuições e quotizações para a Segurança Social. Até abril, registámos um crescimento homólogo das contribuições para a Segurança Social de 8,4% (+ 443 milhões de euros), o que não se verificava há quase duas décadas.

Reorientámos a política económica para num novo modelo de crescimento e de desenvolvimento económico, mais intensivo em conhecimento e tecnologia, centrado na produtividade, na criatividade e inovação, ferramentas essenciais à melhoria da competitividade das empresas e do país; Para isso, focámos as políticas ativas de emprego nos jovens e nos desempregados de longa e muito longa duração, com baixos níveis de qualificação; e na inclusão dos grupos mais afastados do mercado de trabalho, combatendo situações de desencorajamento e distanciamento do emprego;

Reativámos o programa de formação e qualificação de adultos, valorizando o ensino profissional e a aprendizagem ao longo da vida;

Promovemos a dinamização da concertação social e da contratação coletiva;

Optámos por um caminho de reforço da qualidade do emprego, dos salários dignos e do combate à instabilidade e à precariedade laboral.

De tudo isto, no seu conjunto, se constrói a solidez do contrato social e a sustentabilidade da Segurança Social. Sem necessidade de respostas ditas criativas (como alguns daqueles que no passado tiveram responsabilidades políticas agora clamam), ou estudos catastrofistas que mais não fazem do que minar a credibilidade no sistema público e de Segurança Social e sugerir a sua privatização.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

A defesa da Segurança Social pública é indissociável da defesa da sua tripla sustentabilidade:

Sustentabilidade social, garantindo que ela é um pilar da coesão e do combate às desigualdades e à pobreza;

Sustentabilidade económica, garantindo que a rede de proteção social não é um custo incomportável para a competitividade empresarial e é, antes, um instrumento de redução dos riscos e de apoio à inovação;

Sustentabilidade financeira, garantindo um equilíbrio estratégico entre responsabilidades e recursos e um elemento de coesão entre gerações.

É nesta linha que:

Nestes quatro anos reformámos o regime contributivo dos trabalhadores independentes, garantindo a este grupo de trabalhadores mais proteção social e permitindo-lhes construir carreias contributivas que, no futuro, não os condenem a pensões de mínimos;

Despenalizámos as reformas antecipadas para quem iniciou a sua carreira ainda criança ou jovem, sem pôr em causa os direitos de todos às possibilidades de antecipação que a lei já permitia;

Continuámos o caminho da convergência dos regimes gerais da segurança social e da Caixa Geral de Aposentações iniciado em 2005;

Construímos canais de comunicação e informação mais transparentes com os cidadãos, como os Simuladores de Pensões;

É com estas medidas, é com esta gestão reformista do sistema (e não com cortes ou disrupções) que se constrói a sustentabilidade da Segurança Social.

Mas chegados ao fim desta legislatura, deixamos ainda uma garantia de futuro:

Adiámos em mais de uma década, para a segunda metade da década de 20, o horizonte temporal dos primeiros saldos negativos da Segurança Social e, portanto, da eventual aplicação ou utilização do FEFSS;

E adiámos em quase mais duas décadas, para o final da década de 40, um eventual esgotamento do FEFSS.

Para isso contribuíram as decisões do Governo de reforço do Fundo de Estabilização da Segurança Social, com a criação das fontes alternativas de financiamento resultantes da consignação ao FEFSS das receitas do Adicional do IMI, bem como, de 0,5 p.p. ao ano, até 2 p.p. em 2021, da receita de IRC.

Deste modo, até 2021 o FESS será reforçado em mais de 1000 milhões de euros decorrente desta diversificação de fontes de financiamento.

Nos três anos decorridos entre 2015 e 2018 o valor do FEFSS aumentou cerca de 3,3 mil milhões de euros o que permitiu ao Fundo ultrapassar, pela primeira vez, os 18 mil milhões de euros, correspondente a 9 % do PIB nacional.

Estes valores refletem o compromisso do Governo com o reforço da sustentabilidade da Segurança Social.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Não escondemos as dificuldades e reconhecemos os riscos. O sistema de Segurança Social necessita de uma gestão reformista e em permanência.

Portugal foi um dos primeiros países a associar a idade da reforma à evolução demográfica. Esse é um caminho que temos de prosseguir. O financiamento do sistema de pensões, assente nas contribuições sobre o trabalho, deve combinar essa dimensão estrutural com a diversidade das fontes de financiamento.

O desafio demográfico beneficiará da gestão ativa dos fluxos migratórios em curso. Captar e incluir novos, e mais qualificados, movimentos de imigração e apoiar o regresso dos que partiram, recentemente ou em vagas migratórias mais antigas, incluindo os lusodescendentes – como se propõe o Programa Regressar – irá permitir-nos, a todos, combater a crise demográfica e continuar a promover o desenvolvimento da economia e da sociedade portuguesas.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Poucas áreas da nossa vida coletiva estarão tão direta e intimamente ligadas à generalidade da população do que a Segurança Social. Com milhões de prestações sociais pagas mensalmente, a Segurança Social acompanha as pessoas durante toda a linha vida, desde antes do nascimento, até depois da morte.

A Segurança Social é, por isso, uma componente essencial do contrato social e um instrumento fundamental de equidade e coesão social. E, por isso, para este Governo, a sua sustentabilidade nunca será uma simples opção, mas uma escolha inalienável.